

## FORRÓ ELETRÔNICO: uma questão de governo... uma questão também de educação?

Marlécio Maknamara<sup>1</sup>  
Marlucy Alves Paraíso<sup>2</sup>

### RESUMO

O forró eletrônico consiste em um estilo musical que há mais de uma década vem conquistando espaços e públicos cada vez mais diversificados. Suas músicas vêm, reiteradamente, divulgando e demandando variados modos de pensar, de agir, de ser e estar no mundo. No presente texto, apresenta-se brevemente a noção *Foucaultiana* de governo a partir da qual o forró eletrônico pode ser significado como um discurso que, implicado em estratégias específicas de poder, concorre para a produção de subjetividades. Conclui-se destacando possíveis justificativas para que tal estilo musical venha a ser tomado como objeto também do campo educacional, particularmente no que diz respeito às suas potencialidades em produzir tipos particulares de sujeitos.

**Palavras-chave:** Forró eletrônico. Governo. Educação.

### WHAT DOES FORRÓ ELETRÔNICO: have to do with state power and education?

### ABSTRACT

Forró eletrônico is a musical style that for more than a decade is gaining more and more diversified spaces and fans. Its songs have been repeatedly

1. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/FaE/UFMG, Membro pesquisador do GECC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas) da UFMG e Professor Assistente III da UFS. E-mail: neosergipano@hotmail.com
2. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação/FaE/UFMG, pesquisadora do CNPq e coordenadora do GECC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas) da UFMG. E-mail: marlucyparaiso@gmail.com

demanding and disclosing varied ways of thinking, acting and being in the world. In this paper, we present briefly the Foucauldian notion of government from which *forró eletrônico* can be meant as a discourse that, once implicated in specific strategies of power, contributes to the production of subjectivities. We conclude with the demonstration of the potential of this musical style as an educational tool, particularly with regard to the production of specific kinds of subjects.

**Keywords:** Forró eletrônico. Government. Education.

## INTRODUÇÃO

### ENTRANDO NO SALÃO DO FORRÓ ELETRÔNICO

Forró eletrônico. Uma “trilha sonora adequada para trocar umbigadas” (A VEZ..., 1998). Que forró seria esse? O “que está mais na moda atualmente” (TITULAR..., 2005). Um “subgênero musical”, uma “fuleiragem music” (RUIM..., 2008). Um “fenômeno de popularidade” (O QUE..., 2009). E seu ritmo? Um “ritmo safado” (RITMO..., 1998). Ritmo “sensual e espasmódico” (THE..., 2006). Faz as pessoas dançarem “como se estivessem numa rave” (FORRÓ..., 2004). Que dizer de suas bandas? Seus nomes remeteriam ao “anárquico do anárquico” (QUANDO..., 2002). Seriam bandas que exploram um “duplo sentido pornográfico e vulgar” (O TRIO..., 2008). Como são suas músicas, letras e danças? Elas “cantam uma linguagem bem acessível” (FORRÓ..., 2005) e são para “pular até o fim da festa” (CHUPA..., 2008). Seriam músicas “de gosto duvidoso” (FESTEJOS..., 2005). Tratar-se-ia da “música dos valores perdidos” (A MÚSICA..., 2008). “Essa turma avilta as mulheres e a dignidade humana” (UM NEGÓCIO..., 2008). Um “desrespeito à memória de Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro...” (PARA..., 2008).

O texto aqui em tela incide sobre um estilo de forró que emergiu no cenário da música nacional em meados da década de 1990 e que, atualmente, é responsável por grande parte do sucesso deste gênero musical que desponta como o preferido de um quarto da juventude brasileira. Enquanto bandas de forró eletrônico patrocinam times de futebol em estados nordestinos, escolas de dança e academias tiram proveito das

criações de suas músicas. Tais músicas já fazem sucesso não apenas em todo o Brasil, mas também no exterior, sendo que a movimentação em torno delas gera milhares de postos de trabalho. Em contrapartida, intérpretes desse estilo participam de espetáculos cênicos, de ensaios de moda, emplacam *hits* em festas tradicionais, arrancam elogios de “autoridades” de outros gêneros musicais e são ídolos de outros ídolos nacionais (MAKNAMARA e PARAÍSO, 2011).

Além de o forró eletrônico transitar entre todos esses espaços sociais, ele também está nas escolas brasileiras. Afinal, por um lado, diferentes políticas curriculares (BRASIL, 2008, 1997) têm prescrito o trabalho com música como linguagem artística e, por outro lado, a música se faz presente como recurso didático, como tema de estudo ou como simples atividade recreativa em diversos componentes e práticas dos currículos escolares (CAMPOS, 2004; LOUREIRO, 2003a, 2003b; GARBIN, 1999; NOGUEIRA, 1998). O forró eletrônico está presente em escolas também porque, como mostra Loureiro (2003a, p. 13), é comum “ouvir música na entrada e na saída do período escolar, no recreio, e ainda, de forma bastante acentuada, nos momentos de festividades”.

Logo, não é difícil constatar a presença do forró eletrônico na vida estudantil de muitos/as brasileiros e brasileiras. Acessando o site do YouTube, por exemplo, é possível encontrar diferentes vídeos retratando o “forró na escola”. Neles, há meninas fazendo apresentação de um grupo de forró denominado “As taradinhas” (cujas músicas e coreografia, de autoria delas mesmas, são apresentadas em uma festa de despedida na escola) (AS TARADINHAS..., 2008); meninos adaptam ao forró uma música de pop-rock (FORRÓ..., 2008); jovens se amontoam no pátio de uma escola pública paulistana para ver uma apresentação ao ritmo do forró eletrônico e, em meio a danças e gritos frenéticos, cantam em uníssono: “na sua boca eu viro fruta/chupa que é de uva...” (FORRÓ..., 2008).

Em atenção a toda essa “febre musical” que se faz presente dentro e fora da escola, a seguir explicita-se a noção foucaultiana de *governo* visando enfatizar o quanto o forró eletrônico pode interessar à educação pelas suas estratégias na condução de condutas e produção de subjetividades. O objetivo, portanto, é discutir o conceito de governo para potencializar conexões entre o forró eletrônico e o campo educacional. Metodologicamente, para a consecução deste ensaio, recorreu-se a obras de Michel Foucault e de seus comentadores que tratam da re-

ferida temática e de conceitos a ela correlatos, no sentido de aproximar tal discussão conceitual ao campo da educação por meio do fórró eletrônico. O resultado desta empreitada está apresentado neste artigo, o qual se divide em três partes seguintes a esta introdução: em “Ocupando posições ao ritmo do governo”, apresenta-se brevemente a noção foucaultiana de governo a partir da qual o fórró eletrônico é significado como envolvido na produção de subjetividades. Na seção “Finalizando a dança” conclui-se destacando possíveis justificativas para que tal estilo musical venha a ser tomado como objeto também do campo educacional. Por fim, em “Referências” são apresentados os textos utilizados no estudo aqui em tela.

## OCUPANDO POSIÇÕES AO RITMO DO GOVERNO

Compreender as problematizações foucaultianas acerca do termo “governo” requer, antes, um olhar mais atento à própria noção de *poder* na obra de Michel Foucault. Este filósofo francês não problematiza o poder em termos da aparelhagem do Estado ou em termos jurídicos (como uma questão de soberania ou de constituição). O que interessa a Foucault (2007a, p. 6) é questionar o poder em termos de como ele se exerce “concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”. Para esse tipo de questionamento é necessário pensar o poder em termos de relações de força, pois o que dá condições ao seu exercício é “o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder” (FOUCAULT, 2001, p. 89). Tais estados de poder não são rígidos, estáveis e localizáveis em um ponto, mas difusos, uma vez que o poder constitui “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (FOUCAULT, 2007a, p. 8).

Fluidez, mobilidade, capilaridade e produtividade são, portanto, aspectos fundamentais do poder na acepção foucaultiana e particularmente importantes à problematização aqui proposta. No entanto, há outra dimensão intimamente associada ao poder e que interessa aos propósitos de tal problematização: o saber. É nesse sentido que Paraíso (2007, p. 55) destaca o fato de sempre ter havido, “nas produções de Foucault, uma preocupação com o binômio poder-saber”. Isso porque, segundo Foucault (2003), em todo processo de conhecimento e produção de sa-

beres há uma relação de hostilidade, dominação e poder com relação ao objeto em questão. Assim, o saber é um conhecimento oriundo daquilo que o poder olha com seus próprios olhos, daquilo que é próprio ao poder em se exercitar “com uns de um lado e outros do outro” (FOUCAULT, 2007b, p. 75). Valendo-se das afirmações foucaultianas acerca do poder-saber, Silva (2002, p. 120) ressalta que não existe poder que não se valha do saber, principalmente “de um saber que se expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder”. Em decorrência de tais articulações entre poder e saber, Foucault (2003, p. 8) afirma que “as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos”.

A produtividade das articulações entre saber e poder no sentido da constituição de diferentes tipos de sujeitos pode ser vislumbrada por meio da noção foucaultiana de discurso. Em outras palavras, é preciso lembrar que “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2001, p. 95). Ao entender que diferentes formas de discursos “veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimentos” (*ibidem*, p. 94), Foucault (2003, p. 140) ressalta que “a prática do discurso não é dissociável do exercício do poder”. Para o filósofo francês, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa”, ele está sempre ligado ao desejo e ao poder, sendo aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Essa “vontade de poder” presente nos discursos, por sua vez, consiste numa “vontade de verdade”<sup>3</sup>. Por “verdade” Foucault (2007a, p. 13) quer designar o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. É a partir da ligação indissociável entre discurso e poder-saber que “estabelecemos discursos e discutimos, não para chegar à verdade, mas para vencê-la” (FOUCAULT, 2003, p. 140).

Por conseguinte, a verdade deve ser entendida como um efeito da articulação poder-saber no discurso (PARAÍSO, 2007). Como efeito

3 Na aula inaugural de A ordem do discurso, em dezembro de 1970, Foucault destaca que a vontade de verdade consiste em um sistema de exclusão que não se apóia apenas sobre suportes institucionais, mas “é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p. 17).

desse tipo de articulação discursiva, a verdade termina por instituir o sujeito. A respeito das conexões entre verdade e produção de sujeitos, Rose (1998, p. 34) explicita suas preocupações acerca das “novas formas de dizer coisas plausíveis sobre outros seres humanos e sobre nós mesmos, o novo licenciamento daqueles que podem falar a verdade e daqueles que estão sujeitos a ela, as novas formas de pensar o que pode ser feito a eles e a nós”. Isso porque as verdades que são ditas sobre indivíduos, os saberes que por ela são instituídos e as divisões que ela suscita produzem sujeitos, pois “todas as práticas pelas quais o sujeito é definido e transformado são acompanhadas pela formação de certos tipos de conhecimento” (FOUCAULT, 1993, p. 205). É nesse sentido que *sujeito*, para Foucault (1995, p. 235), comporta dois significados: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento”. Em ambas as acepções, o que está em jogo é o exercício do poder no sentido de regular a conduta de um indivíduo, seja pelos outros, seja por si mesmo. Na teorização de Michel Foucault a respeito do poder, quando se passa a discutir a problemática da regulação das condutas coloca-se em evidência a temática do *governo*. “Governo” ganha destaque na obra foucaultiana impulsionado pelas investigações acerca da população como objeto de poder-saber, “através da análise de alguns dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2007c, p. 277). Tais dispositivos, repletos de conselhos e prescrições, emergem como “arte de governar” especialmente a partir do século XVI, com o advento da formação dos Estados Nacionais e dos movimentos religiosos da Reforma e Contra-Reforma. Assim, concomitantemente a um “movimento de concentração estatal” e outro “de dispersão e dissidência religiosa”, se impõe “o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc.” (FOUCAULT, 2007c, p. 278).

O problema do governo, tal como emergiu no período histórico supracitado, diz respeito tanto às preocupações com a sobrevivência política estatal quanto com o direcionamento espiritual dos indivíduos. É dessa forma que governo deve ser entendido no sentido de “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta” (FOUCAULT, 1997a, p. 101). A perspectiva foucaultiana do governo, portanto, coloca em evidência as múltiplas estratégias que podem ser mobilizadas quando se trata de conduzir condutas, dos outros e de si mesmo. Nesse sentido,

é possível falar de “governo dos outros” e de “auto-governo”, exercidos respectivamente por *técnicas de dominação* e *técnicas de si*. As técnicas de dominação dizem respeito a práticas institucionalizadas de objetivação de uns sobre outros e supõem uma certa forma de racionalidade que “não cessa de perseguir sua obra e reveste formas específicas” (FOUCAULT, 2006, p. 385), tal como ocorre com a disciplina, por exemplo (FOUCAULT, 1993). Já as técnicas de si, também denominadas *tecnologias do eu*, correspondem às “formas pelas quais os indivíduos vivem, compreendem, julgam e conduzem a si mesmos” (ROSE, 2001a, p. 41) de modo a “transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural” (FOUCAULT, 1993, p. 207).

As técnicas de dominação e as técnicas de si devem ser entendidas, portanto, como “os meios ou os instrumentos por meio dos quais o governo é acoplado e os indivíduos são subjetivados tornando-se sujeitos de determinados tipos” (PARAÍSO, 2006, p. 4). Dito de outra forma, as múltiplas subjetividades que emergem dos processos de subjetivação são correlatas a estratégias de governo, articuladas em torno de técnicas de dominação e de técnicas de si. Tais técnicas são aqui definidas como “os procedimentos e os exercícios que usamos sobre nós mesmos e que outros usam sobre nós nos processos de subjetivação” (PARAÍSO, 2007, p. 57). Toda essa teorização em torno de técnicas e tecnologias<sup>4</sup> de governo reflete uma atenção à orientação dada por Foucault (1997b, p. 71) ao afirmar que, no intuito de analisarmos proficuamente as relações de poder, “é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos”. Nesse sentido, se governar, para Foucault (1995, p. 244), é “estruturar o eventual campo de ação dos outros”, o governo consiste numa forma de poder que marca o indivíduo em sua conduta, tornando-o sujeito.

Técnicas de dominação e as técnicas de si fazem parte, assim, do irremediável envolvimento do governo em processos de subjetivação. Segundo Foucault (1993), por meio da interação entre esses dois tipos de técnicas é possível analisar como são produzidas subjetividades. Isso porque a combinação de tais técnicas permite identificar a existência

4 “Tecnologias” são entendidas por Foucault (1993, p. 206) como “a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito”.

de *tecnologias de subjetivação*, como “maquinações, as operações pelas quais somos reunidos, em uma montagem, com instrumentos intelectuais e práticos, componentes, entidades e aparatos particulares, produzindo certas formas de ser-humano” (ROSE, 2001b, p. 176). Assim, a subjetivação consiste em um processo que se dá mediante uma composição e “recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles” (ROSE, 2001b, p. 143).

Os processos de subjetivação convocam indivíduos a assumir determinadas posições e a tornarem-se sujeitos de determinado tipo. Por conseguinte, a subjetividade não deve ser vista como “dado primordial” ou “capacidade latente”, uma vez que é preciso analisá-la em seu caráter de permanente produção, “em termos daquilo que os humanos são capacitados a fazer por meio das formas pelas quais eles são maquinados ou compostos” (ROSE, 2001b, p. 166). Compreender a subjetividade como uma produção, segundo Paraíso (2006, p. 4), implica em entender que somos “‘montados’ por práticas heterogêneas, que somos produzidos de formas muito particulares e específicas. Trata-se de entender que somos constituídos/as pelos diferentes textos a que temos contato, pelas diferentes experiências que vivenciamos”. Portanto, atentar às diversificadas subjetividades que têm sido (ou podem ser) produzidas requer, tal como procedido por Foucault (2001) em suas análises acerca da sexualidade, focalizar “a produção exuberante dos discursos” e nela ver investimentos de poder através de procedimentos discursivos.

Dessa maneira, a subjetividade passa a ser vista como constituída por diferentes práticas discursivas às quais os indivíduos se submetem ou estão submetidos. Nessa constituição, os indivíduos ocupam posições específicas de sujeito disponíveis em diferentes discursos (PARAÍSO, 2007). Tais discursos, dentre várias práticas, “localizam os seres humanos em regimes de pessoa”<sup>5</sup> (ROSE, 2001a, p. 36), concorrendo para sua subjetivação. É nesse sentido que, como “interiorização do lado de fora” (DELEUZE, 2006), a subjetividade passa a ser vista como

5 A expressão “regimes de pessoa” é usada por Rose (2001a, p. 37) para se referir à “diversidade das linguagens de ‘pessoalidade’ que têm se formado (caráter, personalidade, identidade, reputação, honra, cidadão, indivíduo, normal, lunático, paciente, cliente, marido, mãe, filha)” que têm atuado sobre a conduta das pessoas.



“dobra”. Pensar os processos de subjetivação como dobras, para Domènech, Tirado & Gómez (2001, p. 129), implica “despojar o Sujeito de toda identidade (essencialista) e de toda interioridade (absoluta)”. Em tais processos de dobramento, a interioridade não é vista como uma essência ou um verdadeiro “lado de dentro”, mas em termos de “uma superfície descontínua, de uma espécie de dobramento, para dentro, da exterioridade” (ROSE, 2001a, p. 49). A ideia da subjetividade como dobra ilustra como incorporamos as marcas de uma cultura: “a dobra somos nós, pondo dentro de nós a exterioridade, agora interioridade” (SANTOS, 1997, p. 85). Pela imagem da dobra vê-se que “o lado de dentro, o subjetivo, é, ele próprio, não mais que um momento, ou uma série de momentos, por meio do qual uma ‘profundidade’ foi construída no ser humano” (ROSE, 2001b, p. 179).

Portanto, as subjetividades aqui em questão são aquelas resultantes de dobras dos discursos das músicas de forró eletrônico. Analisar a produção de subjetividades por meio das dobras de tais discursos “não consiste na demarcação dos limites de um eu enclausurado e interior” (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001, p. 122), mas requer pensar a subjetivação em termos da “relação entre as tecnologias para o governo da conduta e as técnicas intelectuais, corporais e éticas que estruturam a relação do ser consigo mesmo, em diferentes momentos e locais” (ROSE, 2001a, p. 53). Assim, se “as novas linguagens empregadas na construção, compreensão e avaliação de nós mesmos e dos outros têm transformado as formas pelas quais interagimos com nossos chefes, empregadores, colegas de trabalho, maridos, esposas, amantes, mães, pais, filhos/as e amigos/as” (ROSE, 1998, p. 33), cabe analisar como o forró eletrônico se conecta a esse regime de produção de subjetividades, incluindo a constituição dos sujeitos da educação. Mas em que sentido uma discussão sobre governo e produção de subjetividades se aproxima do campo da educação por meio do forró eletrônico?

## FINALIZANDO A DANÇA

Quando se atenta para o fato de que atualmente “o governo é exercido nas mais variadas instituições de lazer” (PARAÍSO, 2007, p. 53), a música passa a ser entendida como algo que vai muito além de um

mero registro estético. Músicas divertem, alegram ou entristecem pessoas, provocam sentimentos e desejos, inscrevem nos corpos marcas e normas consideradas desejáveis e necessárias. Numa perspectiva foucaultiana, é precisamente aí que está o poder das músicas de forró eletrônico: entendidas como discursos, tais músicas também são “elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força” (FOUCAULT, 2001, p. 97). Nas suas variadas capacidades de seduzir e interpelar por meio do canto, do movimento e da dança, as músicas de forró eletrônico constituem alvo privilegiado de estratégias de governo, uma vez que, segundo Foucault (2007a, p. 8), o poder só é aceito e se mantém porque “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Implicadas em mecanismos de governo, tais músicas produzem subjetividades, afinal “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder” (FOUCAULT, 2007d, p. 183).

É no sentido de suas estratégias para governar que o forró eletrônico deve passar a interessar também ao campo educacional. Isso porque a discussão sobre essa forma específica de exercício de poder é, sobretudo, uma discussão acerca de potencialidades sobre a produção de subjetividades. Dessa forma, como um currículo não-escolar<sup>6</sup> que se faz presente na escola, o forró eletrônico é visto aqui como envolvido na produção de subjetividades por meio de diversificadas estratégias discursivas. Ele disponibiliza novas linguagens para falar dos e para os sujeitos, novos sistemas conceituais para calcular as capacidades e condutas e calibrar a psique. Esse caráter produtivo advém do fato de que os discursos não são meras interseções entre palavras e coisas, mas segundo Foucault (2005), são práticas que instituem aquilo de que falam. A subjetivação, nessa perspectiva, mesmo não sendo um construto puramente linguístico (ROSE, 2001a), guarda fortes ligações com o discursivo, uma vez que este constitui, segundo Foucault (2005, p. 61), “um campo de regularidade para as diversas posições de subjetividade”.

Dado o envolvimento da música com estratégias de governo e produção de subjetividades, ainda que ela “esteja presente no cotidiano da

---

6 No sentido dessa compreensão, a noção de currículo cultural destaca a importância de investigar “outros currículos (além do escolar) que contribuem para a formação das pessoas e que disputam espaço na produção de sentidos e dos sujeitos” (PARAÍSO, 2007, p. 24).

escola” (LOUREIRO, 2003b) e seja encontrada com relativa facilidade “enquanto música incidental ou recurso didático de outras disciplinas” (NOGUEIRA, 1998, p. 7), as produções musicais contemporâneas – incluindo o forró eletrônico – precisam ser problematizadas pelo campo educacional não apenas como uma questão de procedimentos didáticos internos ou externos à educação musical, mas também em termos dos sujeitos que frequentam a escola e que também são constituídos por meio de tais músicas. Dessa forma, se a linguagem musical tem sido vista como “fonte inesgotável de atividades e recursos para a escola” (PORTA, 2001); se frequentemente professoras utilizam em suas práticas pedagógicas as produções musicais já consagradas fora da escola (NOGUEIRA, 1998); se as relações entre as crianças e a música têm-se modificado cada vez mais (CAMPOS, 2004); e se os jovens vivem fora da sala de aula num mundo em que a música está presente de forma marcante, a “mistura de ânsias e imaginários” proporcionada pela música (GARBIN, 2005) precisa ser tomada como uma questão central à educação. Portanto, investigar os efeitos discursivos das músicas de forró eletrônico sobre a constituição de subjetividades constitui um empreendimento de grande relevância para o campo educacional.

O forró eletrônico também figura como uma questão para o campo educacional quando, sob a ótica dos Estudos Culturais<sup>7</sup> em educação, “não podemos mais dizer que partimos da realidade se não considerarmos o poder constituidor e subjetivador da mídia no mundo atual” (COSTA, 2005, p. 117). Dado que, na visão de Green & Bigum (2003), a mídia é cada vez mais responsável pela emergência de formas de vida muitas vezes incompreendidas pelos/as docentes, tais estudos nos ajudam a compreender o “nexo cada vez mais estreito entre o processo de escolarização e a cultura da mídia” (p. 226). Por conseguinte, o forró eletrônico, como currículo, não estaria fora desse circuito produtor de subjetividades engendrado pela cultura da mídia. Nesse sentido, Thompson (2005) lembra que os/as jovens têm crescentemente passado a se definir em função de seus gostos musicais e dos estilos de vida a eles associados. Também Green & Bigum (2003) se mostram atentos ao

7 Ao grafar “Estudos Culturais” com iniciais maiúsculas, estou me reportando ao referido campo de estudos. Os Estudos Culturais emergem como movimentação teórico-política que se opõe às distinções entre “alta” e “baixa” cultura, cultura “erudita” e “popular”, dentre outros binarismos, tomando como objeto “qualquer artefato que possa ser considerado cultural” (PARAÍSO, 2001, p. 69).

“pânico escolar” decorrente da vinculação cada vez mais forte entre música e juventude quando aquela, segundo ideias conservadoras, estaria desvirtuando a razão e prejudicando aqueles/as que vão à escola. Dessa forma, num contexto em que a mídia disputa com a escola competências para ensinar, é preciso atentar para os diferentes ensinamentos sobre modos de exercer a subjetividade que têm sido engendrados por este importante currículo, o forró eletrônico.

Por fim, vale destacar que os aportes teóricos dos Estudos Culturais possibilitam não só ampliar as dimensões em que podemos examinar questões concernentes à educação e ao currículo, como também fornecer um instrumental para a diversificação de práticas curriculares. Nesse sentido, segundo Paraíso (2004, p. 61), estudos de currículo baseados naquele campo advogam a necessidade de “incluir no currículo escolar conhecimentos e habilidades que instrumentalizem professores e estudantes a fazer a leitura crítica” dos diferentes artefatos culturais envolvidos na educação contemporânea. Essa leitura crítica, para Giroux (2003), possibilita repensar a natureza da teoria e da prática educacionais: educa os/as docentes para exercer um papel crucial na renovação social e fornece sensibilidades para que os/as estudantes atentem para o caráter construído de suas experiências e conhecimentos. Em contrapartida, Silva (2001) adverte que a teorização educacional tem dedicado muito pouco tempo para que educadores/as saibam lidar com essas novas configurações culturais. Assim, se o que é aprendido pela cultura da mídia muitas vezes faz com que professores e alunos se vejam como “alienígenas” na sala de aula (GREEN & BIGUM, 2003), é de suma importância incorporar à área da Educação as contribuições de pesquisas acerca dos ensinamentos de músicas – especificamente, do forró eletrônico – sobre a produção de subjetividades.

**Recebido em: junho de 2011**

**Aceito em: outubro de 2011**

## REFERÊNCIAS

A MÚSICA dos valores perdidos. **JC on line**. Recife, 06 de maio de 2008. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/canal/lazer-e-turismo/noticia/2008/05/06/a-musica-dos-valores-perdidos-157071.php>>. Acesso em: 03 abr. 09.

A VEZ da umbigada. **Veja**. São Paulo, 22 de abril de 1998. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/220498/p\\_122.html](http://veja.abril.com.br/220498/p_122.html)>. Acesso em: 03 abr. 09.

AS TARADINHAS. **You Tube**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fwifzjLGEag>>. Acesso em: 12 out. 08.

BRASIL. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, ano CXLV, n. 159, 19 ago. 2008. Seção 1. P. 1.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: arte**. Brasília: SEF/MEC, 1997. 130 p.

CAMPOS, Nilceia P. Luz, câmera, ação e... música! – os efeitos do espetáculo nas práticas musicais escolares. **Anais da XXVII Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: GT Currículo da ANPED, 2004. 15 p.

‘CHUPA que é de uva’ e ‘Senta que é de menta’ são os hits do São João. **G1**. Rio de Janeiro, 09 de junho de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL594268-5598,00-CHUPA+QUE+E+DE+UVA+E+SENTA+QUE+E+DE+MENTA+SAO+OS+HITS+DO+SAO+JOAO.html>>. Acesso em: 15 jun. 08.

COSTA, Marisa V. Estudos Culturais e educação – um panorama. In: SILVEIRA, Rosa M. Hessel (org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. Canoas: EdULBRA, 2005, p. 107-120.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 142 p.

DOMÊNECH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 111-136.

FESTEJOS juninos. **Correio de Sergipe**. Aracaju, 23 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.correiodesergipe.com.br/lernoticia.php?noticia=6649>>. Acesso em: 15 jun. 08.

FORRÓ eletrônico no jardim. **BBB**. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2004. Disponível em: <<http://bbb.globo.com/BBB4/0,6993,LBL664453-3083-U,00.html>>. Acesso em: 31 mar. 10.

FORRÓ Helena Lombardi. **You Tube**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0c-wB-ytzPw>>. Acesso em: 12 out. 08.

FORRÓ na escola. **You Tube**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wdLbLCXY9wg>>. Acesso em: 12 out. 08.

- FORRÓ positivista: Santanna canta sobre mulher, nordeste e auto-ajuda. **Correio de Sergipe**. Aracaju, 22 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.correiodesergipe.com.br/lernoticia.php?noticia=3094>>. Acesso em: 15 jun. 08.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a, p. 01-14.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b, p. 69-78.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007c, p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007d, p. 179-191.
- FOUCAULT, Michel. “Omnes et Singulatim”: uma crítica da razão política. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355-385.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 236 p.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003. 160p.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 152 p.
- FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. In: FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a, p. 99-106.
- FOUCAULT, Michel. É preciso defender a sociedade. In: FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b, p. 69-77.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade. **Revista de Comunicação e Linguagem**. Lisboa, n. 19, p. 203-223, 1993.
- GARBIN, Elisabete M. Se liga!!! Nós estamos na escola!!! – *drops* sobre culturas juvenis contemporâneas. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 10 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/neccso/>>. Acesso em: 10/09/08.
- GARBIN, Elisabete M. Na trilha sonora da vida. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 11 de setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/neccso/>>. Acesso em: 10/09/08.
- GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 85-103.

GREEN, Bill & BIGUM, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 208-243.

LOUREIRO, Alcília M. A. **O ensino de música na escola fundamental**. Campinas: Papirus, 2003a. 235 p.

LOUREIRO, Alcília M. A. O ensino da música na escola fundamental: dilemas e perspectivas. **Educação**. Santa Maria, v. 28, n. 01, p. 101-112, 2003b.

MAKNAMARA, Marlécio; PARAÍSO, Marlucy A. Problemas de gênero para escutar o forró eletrônico com ouvidos de educador/a. In: MAKNAMARA, Marlécio (Org.). **Encontros em educação: infância, história, política, cultura, meio ambiente....** João Pessoa: EdUFPB, 2011, p. 163-172.

NOGUEIRA, Monique A. Música, consumo e escola: encontros possíveis e necessários. **Anais da XXI Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: GT Educação e Comunicação da ANPED, 1998. 12 p.

O QUE é esse tal de forró eletrônico, afinal de contas? **R7**. São Paulo, 29 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/musica/noticias/o-que-e-esse-tal-de-forro-eletronico-afinal-de-contas-20090929.html>>. Acesso em: 24 out. 09.

O TRIO de pé de serra contra o forró eletrônico. **Estadão**. São Paulo, 22 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaoheoje/20080322/notimp143985\\_0.php](http://www.estadao.com.br/estadaoheoje/20080322/notimp143985_0.php)> Acesso em: 06 set. 08.

PARA encerrar o papo sobre a fuleiragem music. **Jc on line**. Recife, 20 de maio de 2008. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/canal/lazer-e-turismo/noticia/2008/05/20/para-encerrar-o-papo-sobre-a-fuleiragem-music-158292.php>>. Acesso em: 03 abr. 09.

PARAÍSO, Marlucy A. **Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber e subjetivação**. Chapecó: Argos, 2007. 274 p.

PARAÍSO, Marlucy A. Encontros com novas subjetividades nas experimentações curriculares. **XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 23-26 de abril, 2006**. Anais... (pp. 1-12). Recife: UFPE, 2006.

PARAÍSO, Marlucy A. Contribuições dos estudos culturais para a educação. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v. 10, n. 55, p. 53-61, 2004.

PARAÍSO, Marlucy A. Currículo e mídia: a produção de um discurso para e sobre a escola. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 34, p. 67-84, 2001.

PORTA, Amparo. La educación musical: un proyecto a medio camino. **Cuadernos de Pedagogía**. Barcelona, n. 303, p. 87-90, 2001.

QUANDO o nome puxa o fole. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de maio de 2002. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/2002/05/24/030003.htm>>. Acesso em: 15 jun. 08.

RITMO safado. **Isto É**. São Paulo, 22 de abril de 1998. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/cultura/149026.htm>>. Acesso em: 16 set. 08.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a, p. 137-204.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 26, n. 01, p. 33-57, 2001b.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 30-45.

SANTOS, Luiz H. S. dos. “Um preto mais clarinho...” ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 02, p. 81-115, 1997.

RUIM: ser ou não ser. **JC on line**. Recife, 13 de junho de 2008. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/canal/lazer-e-turismo/noticia/2008/06/13/ruim-ser-ou-nao-ser--160368.php>>. Acesso em: 03 abr. 09.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 154 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, Tomaz T. da & MOREIRA, Antonio F. B. (org.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 184-202.

‘THE New York Times’ traz matéria sobre forró. **Folha**. São Paulo, 10 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u60297.shtml>>. Acesso em: 06 set. 08.

THOMPSON, Kenneth A. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa M. Hessel (org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: EdULBRA, 2005, p. 15-38.

TITULAR e absoluto: o forró domina Fortaleza. **Zona Cyber**. Fortaleza, 29 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=135071&modulo=840>>. Acesso em: 15 jul. 09.

UM NEGÓCIO sem dignidade. **O Povo**. Fortaleza, 29 de março de 2008. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/colunas/politica/776848.html>>. Acesso em: 15 jun. 08.